
A contribuição do trabalho do assistente social em centro de convivência para idosos: limites e possibilidades

The contribution of social work assistant in association for the elderly center: limits and possibilities.

Luciana de Oliveira Martins¹

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar a reinserção dos indivíduos longevos na sociedade através das atividades promovidas pelos centros de convivência, que podem ser um local de aquisição e manutenção do convívio social e familiar, de um envelhecimento com uma melhor qualidade de vida e, principalmente, devem ser um espaço de debate e discussão no que se refere aos direitos deste segmento populacional. Neste contexto, encontra-se o Assistente Social que atua na intervenção e na formulação de programas e projetos nestes centros.

Palavras-chave: Envelhecimento; Centro de Convivência; Serviço Social.

ABSTRACT: This paper aims to examine the reintegration of long-lived individuals in society through the activities promoted by the centers, which can be a place of purchase and maintenance of social and family of aging with a better quality of life and especially should be a space for debate and discussion regarding the rights of this population segment. In this context, is the social worker who works in the intervention and the formulation of programs and projects in those centers.

Keywords: Aging; Living Center; Social Services

INTRODUÇÃO

Seja na família ou na comunidade, seja através da transmissão de valores culturais e tradições, a sociedade deverá preparar-se para encarar a velhice numa perspectiva de longevidade, qualidade e dignidade.

(NASCIMENTO, Maria Cristina et al., 2000)

¹ Graduada em Serviço Social pela UNIABEU. Atualmente é Assistente Social do Centro de Referência da Assistência Social no município de São João de Meriti.

O presente trabalho tem por objetivo mostrar a atual situação da Terceira Idade no Brasil e como o Serviço Social atua de maneira firme e consistente, visando o *empowerment* deste segmento da população, como forma de buscar a constante melhoria da qualidade de vida do idoso e de sua família, a fim de adquirir a plena cidadania desses indivíduos, mantendo-os inseridos na sociedade em que vivemos.

Hoje, no Brasil, vivenciamos o aumento da expectativa de vida, que já ultrapassa os 80 anos de idade. Diante deste fato, ocorreu uma preocupação com a velhice, observamos, então, ser primordial o debate acerca deste novo fenômeno, que traz consigo demandas a serem enfrentadas. Nesta perspectiva, novas formas de enfrentamento devem ser elaboradas para dar conta desta nova realidade, com isso, políticas públicas precisam ser pensadas para atender a esta nova população que envelhece em ritmo acelerado.

Assim sendo, a temática abordada é relevante para os desafios que a sociedade e o Estado irão enfrentar no futuro, principalmente no que tange ao envelhecimento ativo e saudável, pois a pessoa que envelhece na atualidade visa este tipo de envelhecimento, que seja ativo, com autonomia, independência e dignidade, desconstruindo a imagem de velho inativo.

Sobre esta questão, Kertzman (2005, P. 27) é contundente em afirmar:

Tem-se o desafio de conseguir rever estes mitos e preconceitos e conseguir viver a chamada terceira idade como uma das boas fases da vida. Alguns a chamam de a melhor idade, um tempo onde mais que nunca se deve ter vontade e coragem de viver e existir, de poder andar avante dia a dia com seus custos e benefícios.

Percebe-se que é essencial o tema proposto para este trabalho, pois se faz necessário que haja uma reflexão de toda a sociedade contemporânea e inclusive o Serviço Social, por se tratar de uma questão que abrange os direitos dos indivíduos longevos, que precisam ser respeitados em todos os aspectos e na integração e participação na sociedade, da qual devem fazer parte como protagonistas e não como coadjuvantes.

Os Centros de Convivências podem ser locais onde os idosos conseguem resgatar a sua cidadania e dignidade, através das atividades realizadas por eles nestes espaços, onde, além deste resgate, há um aumento no seu círculo de convivência, fazendo com que essa população seja novamente inserida na sociedade.

1. O IDOSO E O SEU CRESCIMENTO POPULACIONAL

O envelhecimento populacional constitui um fenômeno mundial na atualidade. Este é peculiar tanto dos países desenvolvidos quanto dos países em desenvolvimento. No Brasil, o envelhecimento da população iniciou-se na metade do século passado, isso ocorreu devido aos avanços da medicina e da melhoria das condições de vida. Outro fator relevante foram as transformações sociais que ocorreram no seio familiar, ou seja, o aumento da escolaridade feminina e, conseqüentemente, a sua maior inserção no mercado de trabalho, o maior acesso aos anticoncepcionais, que contribuiu para o declínio das taxas de fecundidade, o aumento da mortalidade (?) e as próprias mudanças na área social e econômica da população.

Envelhecer na atualidade já não é privilégio de poucos, e os idosos já constituem uma parcela expressiva na população brasileira. Segundo Berzins (2003, p. 20):

O envelhecimento não é problema, e, sim, vitória. Problema será se as nações desenvolvidas ou em desenvolvimento não elaborarem e executarem políticas e programas para promoverem o envelhecimento digno e sustentável e que contemple as necessidades do grupo etário das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

Os idosos são sujeitos de direitos e, como tal, precisam que esses direitos sejam respeitados. Nesta perspectiva, cabe ao Estado a formulação de políticas públicas que respondam a esta demanda.

Na contemporaneidade ter um envelhecimento ativo é um grande desafio tanto para o idoso, como para o Estado, que precisa atender as demandas

trazidas por esta população, como para a sociedade, que necessita compreender este processo que está em plena expansão, e para a própria família, que tem que se adequar a essas novas transformações.

Envelhecimento, não é somente um conceito ou uma ideia construída socialmente, ele é retirado da vivência pessoal de cada indivíduo, das experiências adquiridas ao longo da vida, que, assim como em outras fases da vida, têm o seu lado positivo quanto o negativo.

Na sociedade atual, compreender a dinâmica do envelhecimento é de extrema relevância, pois estudos relacionados às implicações do processo de envelhecer se restringem aos aspectos psicológicos, biológicos e sociais e sempre são estudados de forma fragmentada e isolada. Porém, há que se estudar o envelhecimento como um todo, para que possamos ter a real dimensão deste processo, pois a velhice apresenta múltiplas expressões e, neste sentido, ela não pode ser avaliada desvinculada dos aspectos socioculturais e econômicos, devido a suas particularidades extrapolarem as evidentes alterações fisiológicas e físicas de cada indivíduo.

O processo de envelhecimento no Brasil, a cada dia torna-se mais intensificado, no entanto, não quer dizer que o referido país esteja realmente preparado para os seus impactos e consequências, no que diz respeito à prestação de serviços socioassistenciais na área da habitação, saúde, transporte entre outros. Autores como Goldman (2006) e Veras (2003), que estudam o envelhecimento asseguram que este segmento da população também sofrerá as consequências do aumento das desigualdades sociais.

Com isso, se faz necessário criar estratégias para que a população idosa tenha uma melhor qualidade de vida, e isso é um grande desafio para os profissionais que atuam na questão do envelhecimento populacional.

A construção social em torno da velhice é cercada de preconceitos que estão relacionados com o declínio fisiológico, exclusão social, traumas causados por perda de entes queridos, isolamento familiar, ou seja, é uma fase de perdas reais, sejam físicas ou emocionais. Chegar à terceira idade é algo natural no curso da vida de uma pessoa, porém esta fase traz consigo dificuldades, pois vivemos

em uma sociedade em que quando uma pessoa passa a ter problemas relacionados à memória, fraqueza, cansaço, é diretamente associado à velhice, surgindo comentários do tipo “você está ficando velho”, entre outros.

A velhice é a última fase da vida, e é ela que nos deixa mais apreensivos, pois está relacionada com a morte. Claro que a morte poderá chegar em qualquer fase, mas se o indivíduo chegou até esta etapa da vida, torna-se evidente que irá morrer na velhice, e é esse medo que faz com que o envelhecimento seja temido.

Vivemos em uma sociedade que, por imposição da mídia e do próprio sistema capitalista de produção, valoriza o novo e o belo. Por isso, evitamos pensar no envelhecimento, pois ele nos faz pensar em doenças, morte e solidão. As pessoas falam em terceira idade, melhor idade, ou seja, não querem ser estigmatizadas de “velhos”. A idade avançada é mascarada de diversas formas e mecanismos, quais sejam: procedimentos cirúrgicos de cunho estético para eliminar as marcas do tempo, produtos cosméticos para manter a pele jovem, isto é, não se deve pensar em envelhecer, pois a aparência envelhecida não é valorizada, é indesejável e deve ser combatida. Nesta perspectiva está a mídia que impõe este pensamento à sociedade, onde difunde padrões de beleza a ser seguidos.

A velhice, então, para a grande maioria da população, não é algo muito encantador, por isso, pesquisas sobre promoção da saúde, prevenção de doenças e até mesmo educação precisam ser realizadas para que possamos refletir sobre este tema. Portanto, conhecer, compreender esta população é relevante no que tange a uma aproximação com esta realidade, no sentido de se ter um pensamento crítico e reflexivo sobre o envelhecimento na sociedade atual.

Deste modo, para admitir a velhice, é importante ter um novo olhar para os indivíduos longevos, onde possamos conhecer as suas alegrias, tristezas, frustrações, ganhos e perdas, experiências adquiridas ao longo do tempo. Esta nova visão tornou-se imprescindível na sociedade contemporânea no que se refere à valorização, respeito e dignidade dos idosos.

Porém, o que percebemos é que ao chegar a esta etapa da vida, o idoso não é valorizado em sua essência, nem tão pouco pelo seu conhecimento

adquirido ao longo do tempo, ele é simplesmente associado às perdas que a idade acarreta, o que traz uma maior vulnerabilidade para essas pessoas.

Todavia, o Brasil caminha para tornar-se um país maduro. Então se faz necessária uma nova postura em relação ao planejamento do país para os próximos anos, pois o aumento desta população demanda mudança de rumo.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2008) “devido ao aumento da expectativa de vida e baixa natalidade, a população idosa cresce em níveis sem precedentes, ou seja, teremos mais idosos no país do que crianças”. Diante disso, é compreendido que a população mundial está envelhecendo num ritmo muito acelerado. Entretanto, este crescimento da população idosa pode não estar vinculado ao seu bem-estar, visto que a velhice ainda é compreendida na sociedade como o fim de um ciclo de vida e principalmente como dependência. Envelhecer é um processo e precisa ser estudado, pesquisado, analisado, compreendido para que possamos encará-lo da melhor forma possível.

Na atualidade, os idosos já representam uma parte considerável da população brasileira, e a cada dia ganham maior visibilidade, seja pelo seu reconhecimento como categoria com direitos às condições comuns de cidadania, seja pelo reconhecimento de que é possível uma velhice com uma boa qualidade de vida. Portanto, modificando os conceitos que ressaltam apenas os aspectos negativos do envelhecimento.

O aumento da expectativa de vida trouxe alguns contrassensos, pois, se de um lado revelou o progresso que há muito tempo era esperado, principalmente na área da saúde, com estudos promovidos pela geriatria e pela gerontologia, por outro, também trouxe as dificuldades de adaptação às atuais condições de vida, que são agravadas pelos fatores culturais que ainda veem no novo e no jovem um modelo de perfeição (Goldman, 2006).

Os estudos na área da Gerontologia e Geriatria² sobre a questão do envelhecimento indicam que este processo tem alterado a dinâmica social e

² Caldas (2006, p.18-21): A Gerontologia é um campo interdisciplinar que visa ao estudo das mudanças típicas do processo do envelhecimento e de seus determinantes biológicos, psicológicos e socioculturais. É

econômica do mundo, devido à crescente demanda que esta população acarreta, como os gastos com os serviços de saúde, previdenciários e por políticas públicas eficazes que respondam a esta demanda. A cada dia a discussão acerca da velhice atinge os diversos segmentos da sociedade que estão envolvidos diretamente neste processo crescente da longevidade. No Brasil especificamente, estes estudos apontam que medidas emergenciais precisam ser tomadas para atender a esta população crescente, para que os desafios surgidos neste processo sejam minimizados. Estes estudos são relevantes para que as políticas públicas, projetos e programas voltados para os idosos, consigam responder de forma satisfatória a essas necessidades.

No entanto, a grande maioria dos idosos brasileiros não têm conhecimento das leis que os protegem, ou seja, ouviram falar, mas sequer sabem do que se trata, com isso, desconhecem os seus direitos. Portanto, é primordial buscarmos caminhos para que esta população tenha mais informação sobre essas leis, para que possa reivindicar do Estado e da Sociedade a efetividade delas.

Neste contexto, se faz necessário que haja para essa população uma maior divulgação dos Fóruns e Conselhos do idoso, para que eles possam participar e, assim, ter conhecimento do cenário político que os envolve. Deste modo, poderão se fortalecer para lutar pela preservação dos direitos adquiridos e exigir novos. Com o aumento significativo do segmento idoso, consequentemente, novos padrões irão surgir, na medida em que esta população se tornará politicamente atuante e respeitável na sociedade contemporânea. E, não obstante, que haja uma maior divulgação do Estatuto do Idoso, na intenção de conscientizar a sociedade como um todo, para que, assim, possam cobrar a sua real efetivação. Essa assertiva é corroborada por Bobbio (1993, p. 954), quando afirma que a: “política, entendida como forma de atividade ou de práxis humana, está ligada estreitamente ao conceito de poder”. Diante disso, os idosos devem ocupar o seu lugar no ambiente político, mas como uma categoria social, e principalmente que participe ativamente da construção da sua cidadania. Por isso é importante que

um campo multiprofissional e multidisciplinar. A Geriatria é o estudo clínico da velhice. Compreende a prevenção e o manejo das doenças do envelhecimento.

este segmento populacional se faça presente nos momentos decisórios de seus interesses, assim como nos da sociedade, efetivando, portanto, a sua democracia participativa através do voto.

1.1. Políticas sociais direcionadas para a terceira idade

A Constituição de 1988 registra que a proteção social ao idoso é um dever do Estado e um direito de todo cidadão. O Capítulo VII, Artigo 230, ressalta que “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e lhes garantindo o direito à vida”.

A década de 1990 registra marcos importantes na Assistência Social destinada à proteção ao idoso. A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993, que regulamenta os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, “define a Assistência Social como um direito do cidadão e dever do Estado” dando garantia ao idoso de um salário mínimo mensal de benefício, desde que o mesmo comprove não possuir meios de prover o seu sustento, o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Nesta perspectiva, o Estado ampara a população idosa que se encontra em situação de vulnerabilidade social, mas seja pelo BPC, benefício da Assistência Social, ou pela aposentadoria, o número de idosos na situação de vulnerabilidade continuará a crescer devido ao aumento da expectativa de vida, pois os indivíduos que estão se aposentando, ainda em plena capacidade produtiva, são os que mais sofrem, devido à necessidade que sentem de continuar trabalhando, não só pela questão financeira mas também para preencher o tempo livre e para ter reconhecimento social.

Portanto, a garantia de melhores condições de trabalho e uma perspectiva de um futuro com qualidade na velhice após a aposentadoria garantiriam trabalhadores mais satisfeitos. A aposentadoria não seria mais vista como um “castigo”, ou seja, como algo ligado à improdutividade e, sim, como um período a ser desfrutado.

Nesta perspectiva torna-se necessária uma discussão acerca da qualidade de vida no envelhecimento, pois ela está atrelada à questão de bem-estar do indivíduo, como também à situação financeira do mesmo.

Neste contexto, em 1994 foi decretada a Lei nº 8.842, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso (PNI), reconhecendo a velhice como uma questão prioritária no contexto das políticas sociais brasileiras. O artigo 1º da PNI, diz que: “a Política Nacional do Idoso (PNI) tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”. A partir da implementação desta Lei, ficou clara a preocupação que o Estado estava dispensando para a população que envelhece, ou seja, foi a partir deste momento que o idoso passou a receber a atenção que antes lhe fora negada.

Ao compreendermos a dinâmica deste artigo, percebemos que esta política pouco vem sendo efetivada de fato, pois ainda é muito limitado o acesso aos serviços ao qual esta população tem direito, mesmo ele reconhecendo a velhice como uma questão prioritária no contexto das políticas sociais brasileiras.

Podemos perceber, então, que esta lei foi uma vitória para os idosos que tiveram os seus direitos sociais tornando-se direitos positivos. Entretanto, a referida Lei não foi suficiente para dar conta das novas demandas trazidas por esta população. Em 2003, foi aprovado o Estatuto do Idoso, para que fossem regulamentados os direitos desta população, já que a Política Nacional do Idoso não havia conseguido implementar os programas necessários para desenvolvê-la e nem tampouco conseguiu dar visibilidade para o reconhecimento do idoso como cidadão.

O Estatuto do Idoso representa a organização e a mobilização da sociedade civil e, principalmente, dos idosos na conquista de seus direitos. Todavia, com o avanço das políticas neoliberais e com a desresponsabilização do Estado no que se refere à questão social, a questão do idoso ainda está longe de ter resultados totalmente satisfatórios. Porém, é importante ressaltar que o Estatuto do Idoso é um instrumento político valioso para a sociedade e para os próprios idosos, pois através dele podem fiscalizar e fazer cumprir os direitos

deste segmento da população, para que a mesma viva de forma adequada o seu envelhecimento. É importante ressaltar que esta lei definiu de forma específica, todos os direitos dos indivíduos longevos, sendo eles: direito à vida, à moradia, saúde, igualdade, à Assistência e Previdência Social.

Com relação ao artigo 3º do Estatuto do Idoso (2003), Uvo e Zanatta (2005, p.77) afirmam que:

(...) o advento do Estatuto não é apenas uma conquista no plano normativo formal, é também um marco para a consciência idosa do país; a partir da sua edição, os idosos passarão a exigir mais o respeito e a proteção aos seus direitos e os demais membros da sociedade estarão mais sensibilizados com a importância de amparar e proteger essas pessoas.

Ao analisarmos esse artigo e a explicação das autoras, compreendemos que muito ainda precisa ser feito para que esta população tenha assegurados os seus direitos, pois, mesmo com as suas demandas legalmente asseguradas por esta lei, no que se refere ao seu bem estar social, uma vida digna com autonomia e qualidade de vida, na prática nem sempre é efetivada. Deste modo, há uma necessidade de criar condições para o fortalecimento das políticas públicas e programas de promoção para uma sociedade inclusiva para todas as idades, reconhecendo os direitos fundamentais, à dignidade, à longevidade e à vida.

Com a implementação desta lei, houve uma redução de 67 para 65 anos da idade mínima para a obtenção do direito ao BPC. Apesar disso, ainda existe um distanciamento entre o Estatuto do idoso e a realidade, que se deve às dificuldades de informações e acessos da população que envelhece aos recursos e também às precariedades dos programas e serviços assistenciais. No que tange à idade do indivíduo para que tenha direito ao recebimento do BPC, há que se questionar o porquê dessa idade, pois para a Política Nacional do Idoso no seu artigo 2º a pessoa é considerada idosa a partir do 60 anos de idade, ou seja, conflitando com a política. A realidade brasileira então foi ignorada na implementação das leis. Principalmente nesta questão, é percebido pelo Estado que o idoso até os 65 anos tem condições de estar inserido no mercado de trabalho e, conseqüentemente, contribuindo com a Previdência Social, no entanto,

o sistema capitalista de produção não entende desta forma, pois exclui esta população do mercado de trabalho formal.

Deste modo, consideramos que a diferença desses cinco anos em qualquer fase da vida seja um aspecto que não pode ser desprezado. A discussão referente à idade nos revela a complexidade da mesma, os efeitos para este segmento populacional e os interesses abarcados ao definir esses limites.

Compreendemos, então, que, desde a Constituição de 1988, as políticas sociais têm um caráter híbrido, isto é, há avanços e recuos, pois elas não atenderam a todos e continuam numa perspectiva conservadora.

Assim, se faz necessário que todas as políticas priorizem a questão do envelhecimento, não sendo caracterizada como um mérito para os indivíduos longevos e, sim, como um direito adquirido no que tange aos serviços sociais e, deste modo, poderemos expor que as leis implementadas irão criar condições dignas de prover a sua integração na sociedade, assim como a sua autonomia.

2. CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA IDOSOS

Os Centros de Convivência estão presentes na sociedade brasileira, desde a década de sessenta, com ações implementadas pelo Serviço Social do Comércio (SESC), para a população idosa, numa perspectiva de convívio social para o bem-estar na velhice. São instituições que preconizam a promoção do idoso em torno de um objetivo que é o de viver mais, porém com qualidade de vida.

A Política Nacional do Idoso (1994) tem a perspectiva de estimular a criação de incentivos e alternativas para o atendimento aos idosos, e entre eles estão os Centros de Convivência que são uma modalidade de atendimento a essa faixa da população, sendo uma das mais disseminadas e implementadas no país, pois, além de demandar pouco recurso, traz um ótimo resultado para a grande maioria deste segmento da população. Esses espaços podem realizar a promoção dos idosos, através de ações integradas com as políticas públicas, assistência

social, educação, saúde, entre outras. Nesta perspectiva, o objetivo desses Centros é de promover a ressocialização dos idosos elevando a sua autoestima, estimulando-os para a luta pela cidadania plena e desenvolvendo as mais variadas atividades possíveis. É importante ressaltar que o idoso consegue adquirir novas experiências, entretanto, é primordial o estabelecimento de um processo de sensibilização, aproximação e adaptação a essas atividades.

É relevante a interação dos idosos com outras pessoas de sua faixa etária, e nesses centros, com as trocas de experiências os idosos sentem que ainda são úteis, o que melhora a sua autoestima.

Nos Centros de Convivência, o convívio social é a possibilidade dos idosos diminuírem o seu isolamento, e, com isso, desenvolver novos laços de amizade, onde nesta perspectiva restitui o seu sentido de pertencer. A vida de cada ser humano ganha mais significado quando compartilhado com outro, e esta é uma das condições indispensáveis para o envelhecimento bem sucedido. Para a população idosa, a relação com o grupo ainda possibilita experimentar a individualidade com outras pessoas, identificando assim objetivos comuns.

A participação nos grupos de convivência torna-se importante nesta fase da vida, pois tende a compensar as perdas, principalmente as do grupo familiar. Para os indivíduos que chegam a esta fase da vida, surgem novas necessidades, se fazendo necessárias certas adaptações para que o mesmo viva com dignidade. Percebemos que o foco dos centros de convivência está voltado para as trocas de experiências e vivências dos idosos, pois são diversas as possibilidades destes indivíduos se reconhecerem nas diversas questões que surgem a partir deste convívio, ou seja, o conflito, as angústias, como também as novas descobertas e a sua própria percepção sobre as expectativas e possibilidades que podem surgir a partir de sua inserção no grupo de convivência.

Entretanto, esses centros não podem ser somente locais de lazer e diversão, e, sim, um local que também possua ação educativa, direcionada ao desenvolvimento social e pessoal dos indivíduos longevos participantes das atividades promovidas por estes centros.

2.1. A CONTRIBUIÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA IDOSOS

Na sociedade contemporânea, que é regida pelo sistema capitalista de produção, há uma enorme desigualdade, onde se faz necessário que medidas interventivas sejam implementadas como forma de amenizar os danos causados nos idosos que sofrem descaso. Portanto, estas medidas são fundamentais para que os indivíduos longevos vivam melhor e com mais dignidade, nesta fase da vida.

Nesta perspectiva, o Serviço Social precisou acompanhar o processo de envelhecimento e suas políticas sociais, para atualizar-se e principalmente para intervir de forma a atender os interesses desta população, que traz para a sociedade novos desafios, sobretudo, a transferência de recursos para atender as especificidades desse segmento, por consequência também traz novos desafios para o Serviço Social, que precisou intensificar a luta por uma política social mais justa e igualitária para a sociedade, mesmo com a velhice sendo tratada como questão social e tendo a intervenção do Estado.

Compreende-se que, na atualidade, é de extrema importância para o Serviço Social a pesquisa da qualidade de vida, o trabalho e o processo de envelhecimento da sociedade, principalmente daquele que atinge perspectivas de sobrevivência para mais de 60 anos, oferecendo, então, a possibilidade para organizar de maneira diferenciada sua vida.

A cada dia torna-se relevante que estes profissionais tenham instrumentos técnicos e teóricos para atuar junto à elaboração e à gestão de projetos de políticas públicas que atendam a esta demanda, não ficando somente na execução das mesmas, pois o envelhecimento populacional demanda políticas e ações com base em pesquisas, estudos, estímulo à educação e qualificação profissional. A população que envelhece deve ter ao seu alcance todas as informações e programas que possibilitem uma longa vida e, mais que isso, uma vida plena de significados e realizações.

Os profissionais de Serviço Social que trabalham nos Centros de Convivências devem atuar de forma a promover a pessoa idosa, ou seja,

assegurar-lhes um atendimento peculiar a sua idade, buscando junto aos órgãos públicos a garantia de acesso à rede pública de saúde e de assistência social local, e também fazendo valer os direitos que estão implantados nas legislações. Como forma de atender às demandas que são trazidas pelos idosos, há uma exigência de elaboração de projetos e programas que atendam satisfatoriamente a esta população, e se faz necessário também uma articulação com redes sociais e um trabalho com equipes inter e multidisciplinares.

CONCLUSÃO

O Brasil, que era considerado um país jovem, está em pleno processo de envelhecimento, onde a expectativa de vida se encontra em torno de 81 anos, conforme o IBGE, e muito em breve a população idosa será predominante no país.

Como em outras fases da vida, a velhice é repleta de desafios e conquistas, de avanços e dificuldades, de ganhos e perdas. Mas precisamos acreditar no potencial dos idosos e na capacidade que têm de administrar sua própria vida. Para isso devemos ser uma sociedade empenhada em reforçar e fortalecer a cultura do respeito no processo de envelhecimento e até mesmo incentivando uma boa qualidade de vida.

Nesse contexto está o Serviço Social, que é uma profissão da qual uma das especificidades é a de atuar na acessibilidade dos indivíduos aos seus direitos sociais, com a intencionalidade de garantir a equidade e a universalização, através da elaboração de programas e projetos e da implementação das políticas públicas direcionadas aos idosos, na perspectiva de que esta população tenha um envelhecimento com dignidade, autonomia e independência.

Diante da conjuntura do envelhecimento, há necessidade de um trabalho inter e multidisciplinar, pois a velhice é multifacetada, e na contemporaneidade os vários saberes específicos precisam estar articulados para que haja uma ampla discussão sobre esta temática. Em especial, o profissional Assistente Social tem o compromisso de estimular esta discussão, principalmente com os indivíduos que envelhecem, na perspectiva de orientá-los a ter um olhar crítico para a sua

realidade e fazê-los refletir sobre os limites, as possibilidades e as alternativas de vivenciar da melhor forma o seu envelhecimento.

Por fim, o trabalho aqui exposto se propõe a trazer algumas contribuições para o debate acerca da participação dos idosos nos Centro de Convivência, visto que este tema é atual e pertinente num momento onde a expectativa de vida tem um ritmo bastante acelerado na sociedade atual; para a formação do assistente social, que precisa acompanhar o processo de envelhecimento e suas dinâmicas, na expectativa de atualizar-se e principalmente intervir de forma a atender os interesses da população que envelhece, que traz para a sociedade novos desafios. Portanto, o Serviço Social não pode ficar alheio a estas questões, pois sua intervenção está voltada para a dinâmica das relações sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERZINS, Marília Anselmo Viana da Silva. *Envelhecimento Populacional: Uma conquista para ser celebrada*. In: Serviço Social nº 75, p. 19 – 33. 2003

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da UNB, 1993.

BRASIL. Lei 8.842. *Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências*. Brasília, DF: Janeiro de 1994.

_____. Lei 10.741. *Estatuto do Idoso*. Brasília, DF: 2003. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm> Acesso em: 10 nov. 2011.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 11 nov. 2011.

_____. Lei 8742. *Lei Orgânica de Assistência Social*. Brasília, 1993. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8742.htm>> Acesso em: 08 nov. 2011.

CALDAS, Célia Pereira. Introdução à Gerontologia. In: Renato Veras; Roberto Lourenço. (ORG). *Formação Humana em Geriatria e gerontologia: uma perspectiva interdisciplinar*. Rio de Janeiro, RJ / UnATI/UERJ, 2006, v., p.18 -21.

GOLDMAN, Sara Nigri. *Terceira idade e serviço social*. In: Serviço Social e Políticas Sociais. Rio de Janeiro UFRJ, 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Estatística da população*. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/default.shtm>. Acesso: 10 nov. 2011.

KERTZMAN, Olga Facciolla. *Responsabilidade Social e Envelhecimento: O que as empresas têm a ver com isto?* A Terceira Idade, São Paulo, v. 16, n. 33, p.29, jun, 2005.

UVO, Roberta Terezinha e ZANATTA, Maria de Lourdes A. Lima. *O Ministério Público na Defesa dos Direitos do Idoso. A Terceira Idade*. São Paulo, v. 16, n. 33, p. 72 –84. jun, 2005.

VERAS, Renato. A Longevidade da População: Desafios e conquistas. In: *Revista Serviço Social & Sociedade - Velhice e Envelhecimento* nº 75. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

Recebido em 14 de novembro de 2011.

Aceito em 27 de novembro de 2011.